

# Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação

*For a contemporary approach of document in Information Science*

MARILDA LOPES GINEZ DE LARA

Escola de Comunicações e Artes (ECA),  
Universidade de São Paulo(USP) - São Paulo, SP- Brasil  
[larama@usp.br](mailto:larama@usp.br)

CRISTINA DOTTA ORTEGA

Escola de Ciência da Informação (ECI),  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Belo Horizonte, MG - Brasil  
[ortega@eci.ufmg.br](mailto:ortega@eci.ufmg.br)

## Resumo

Um documento se define como tal quando faz sentido para alguém. Esse aspecto pragmático revela o caráter social e simbólico da informação em face aos diferentes ambientes e situações concretas de uso. O objetivo deste artigo é o de explorar diferentes facetas pelas quais se pode abordar o documento no processo de organização e recuperação da informação no contexto da Ciência da Informação na contemporaneidade. A metodologia compreende: a) a recuperação de referências na literatura da Documentação com destaque para a produção francesa e espanhola, e; b) a discussão dos aspectos que permitem caracterizar um documento nas pesquisas contemporâneas em Ciência da Informação a partir de aportes da linguística, da semiótica e da comunicação. Discute-se a noção de documento como construção que resulta de processos de significação levados a efeito na recepção, apontando a articulação existente entre estes elementos. Para finalizar, realiza-se aproximação e distinção entre documentos de sistemas documentários convencionais e documentos de museus, deflagrando a ideia de que, ao abrir o tema, são fornecidas mais possibilidades à abordagem escolhida para o mesmo.

**Palavras-chave:** Documento, Evolução histórica da noção de documento, Significação, Recepção, Construção do documento.

## Abstract

*A document is defined as such when it makes sense to someone. This pragmatic aspect reveals the social and symbolic character of information in relation to the different environments and concrete situations of use. The aim of this article is to explore different angles through which we can approach the document in the process of organizing and retrieving information in the context of Information Science today. The methodology comprises: a) retrieval of references in the literature of Documentation, especially the Spanish and French production; and, b) the analysis of aspects which enable us to characterize a document in*

*contemporary researches in the area of Information Science with contributions from linguistics, semiotics and communication. It is also discussed about the notion of document as a construction which results from processes of significance carried out in the reception, pointing out the articulation which occurs among these elements. Finally, we contrast the similar and different aspects of documents of conventional documentary systems and museum documents, conveying the idea that, as we amplify the subject of the article to other contexts, we provide more possibilities to the approach chosen for this subject.*

**Keywords:** *Document, Historical evolution of the notion of document, Significance, Reception, Construction of document.*

## 1. INTRODUÇÃO

Um documento se define como tal quando faz sentido para alguém em alguma circunstância. Esse aspecto pragmático revela o caráter social e simbólico da informação em face aos diferentes ambientes e situações concretas de uso. O julgamento sobre a capacidade informativa de um documento é, portanto, pragmática. Dentre as várias abordagens pragmáticas pertinentes sobre o documento, trata-se aqui de privilegiar a noção no âmbito da Ciência da Informação na contemporaneidade, procurando refletir sobre o processo de sua construção.

Apresenta-se inicialmente uma construção histórica da noção de documento, privilegiando a abordagem da Documentação, uma vez que a partir desta, o termo documento foi colocado explicitamente e a noção foi densamente elaborada. Posteriormente, são explorados aspectos essenciais que caracterizam a noção de documento nas pesquisas contemporâneas em Ciência da Informação realizadas a partir de aportes da linguística, semiótica e comunicação. Desenvolve-se discussão sobre os documentos como construção resultante de processos de significação, assim como sobre sua recepção, apontando a seguir a articulação existente entre estes elementos.

A aproximação e distinção entre documentos de sistemas documentários convencionais e documentos de museus é, ao final, pontuada, deflagrando a ideia de que, ao abrir o tema, são fornecidas mais possibilidades à abordagem escolhida para o mesmo.

## 2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA NOÇÃO DE DOCUMENTO

Em textos produzidos anteriormente (Ortega; Lara, 2010), destacamos a pertinência de considerar alguns fatos e conceitos que consideramos importantes para a construção histórica da noção de documento, desde Otlet, passando pelos seus discípulos na França e na Espanha, e pelo pensamento de pesquisadores de países de língua inglesa. Esse percurso nos possibilitou ressaltar aspectos que permitem caracterizar o desenvolvimento do conceito até os nossos dias.

### 2.1 A noção de documento na versão clássica

Obra básica para compreensão da noção de documento em Ciência da Informação é o *Traité de Documentation*, publicado por Paul Otlet, na Bélgica, em 1934.

Embora Otlet tenha desenvolvido a noção sob o termo preferencial ‘documento’ (por ser mais amplo), fez uso muitas vezes do termo ‘livro e documento’, afirmando que constituem “um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (Otlet, 1996, p. 43). Documento é apresentado como um termo genérico que cobre todos os tipos, como: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes (Otlet, 1996, p. 43).

A Documentologia é apresentada como a teoria que se ocupa dos problemas colocados pela produção e uso dos documentos, e pela busca dos modos de produzi-los e usá-los

(Sagredo Fernández; Izquierdo Arroyo, 1983, p. 308). A ênfase nos aspectos conteudísticos dos documentos, que marcou a Documentação, revela outro aspecto, menos explorado que, segundo os autores (1983, p. 309) é o da atribuição hermenêutica (ou interpretativa) no sentido de buscar meios e métodos que dêem conta da mensagem do autor do documento de modo rápido e preciso. Para tanto, Otlet não se refere aos documentos isolados, mas à sua unificação no momento de serem produzidos e compreendidos (1983, p. 309).

Suzanne Briet, funcionária da Biblioteca Nacional da França, foi uma das principais continuadoras de Otlet ao recolocar, logo após a Segunda Guerra Mundial, muitos dos princípios estabelecidos por ele, em especial por meio da obra clássica: *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951.

Para Briet, o documento é todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual (1951, p. 7).

É provável que Briet tenha proposto o termo 'documentos secundários', sobre o qual afirma que são aqueles produzidos pelas organizações de documentação, a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e apenas conservados pelas organizações de documentação). Considera como documentos secundários as traduções, análises, boletins de documentação, arquivos, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfilmes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação (1951, p. 24-25). Desenvolve, desse modo, a ideia de documento inicial e documentos secundários ou derivados.

## **2.2 A noção de documento dos discípulos franceses da versão clássica**

A abordagem sobre documento iniciada por Otlet foi consolidada por ele e seus discípulos, em especial em solo francês, de tal modo que a história da Documentação na França até a metade do século XX pode ser considerada a história da Documentação (como constatamos em Fayet-Scribe, 2001). Esta corrente passou por um período de relativo esquecimento durante a Segunda Guerra Mundial, sendo retomada nos anos 1960 no país. Neste contexto, teve início movimento que foi legitimado nos anos 1970, a partir das pesquisas do Comitê de Ciências da Informação e Comunicação, formado por Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes, entre outros (Couzinet, 2004, p. 23).

Escarpit (1991, p. 123-126) define o documento como um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia, que se refere à independência interna da mensagem, e a estabilidade, independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido.

Para o autor, a estabilização da informação no tempo poderia a princípio parecer paradoxal, já que transformar o evento em documento seria despojá-lo de sua imprevisibilidade. Explica que estabilização não é regressão, mas que, enquanto um evento se produz, um documento é produzido, existe, e por isso é definido, inteiramente conhecível e previsível. O tempo deve ser reintroduzido para que a informação seja restituída ao destinatário. O documento, meio de constituição de um saber, supõe que os traços fiquem disponíveis para uma leitura, ou seja, para uma exploração livre de toda restrição baseada

em eventos ou cronologia e em função de um projeto a realizar. Escarpit refere-se não apenas a uma reativação do evento, mas a uma produção informacional nova.

Meyriat (1981, p. 51-52) afirma que o documento pode ser definido como um objeto que dá suporte à informação, que serve para comunicar e é durável. Para ele, esta definição opera por meio de duas noções conjuntas e inseparáveis uma da outra: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte), e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação). Segundo Meyriat, toda mensagem possui uma significação, e não se pode definir um documento sem ter em conta o significado da mensagem que ele tem a função de transmitir.

Uma das questões centrais de que trata Meyriat é a de como um objeto pode tornar-se um documento. Documentos escritos são, para ele, um caso privilegiado, por ser a escrita o meio mais comumente utilizado para comunicar uma mensagem. Pondera, contudo, que os escritos não são os únicos objetos que têm por função transmitir uma informação, do que decorre que a noção de documento é muito mais ampla que a noção de escrita.

Por este motivo é que Meyriat considera que a vontade do emissor não é suficiente; a vontade de obter uma informação é um elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, mesmo quando a vontade de seu criador foi outra. É no momento em que se busca informação em um objeto, cuja função original é prática ou estética, que ‘se faz um documento’. Assim, para Meyriat (1981, p. 54), o documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar, a segunda sendo sempre necessária.

Meyriat introduz as noções de ‘documento por intenção’ (documentos produzidos para serem informativos) e de ‘documento por atribuição’ (o uso é determinante para a função informativa do documento), cuja síntese propomos abaixo:

- o documento é objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento);
- um objeto pode ou não funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que ele assim o seja (uso do documento); e
- a função de informação de um mesmo objeto pode modificar-se com o tempo dependendo dos diversos usos deste objeto como documento (diversos usos do documento no decorrer do tempo).

### **2.3 A noção de documento dos discípulos espanhóis da versão clássica**

Segundo Salvador Bruna (2006) em trabalho de análise qualitativa da literatura, a introdução e difusão da concepção otletiana forneceu a base na qual foi edificada a teoria documentária enquanto disciplina acadêmica espanhola. Junto a isso, a influência dos estudos franceses sobre Ciências da Informação e Comunicação explica em parte a composição das Ciências da Informação na Espanha – Comunicação e Documentação – assim como a abordagem sobre o tema de que tratamos.

Desantes Guanter (1978) associa documento e informação, quando afirma que a documentação seria um dos possíveis objetos da informação. Segundo este autor, documentação e informação estariam amputadas em boa parte de seu campo de atuação, de estudo e de

solução de problemas se fossem mantidas afastadas uma da outra. Afirma que a possibilidade de informação cresce com a documentação, torna-se mais potente, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. A documentação só se justifica se existe para ser informada, e todos os processos a que a documentação se submete se justificam somente se desembocam em um processo informativo, atual ou potencial. Para Desantes Guanter, a documentação que não é informação constitui uma contradição conceitual.

Para Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 265), um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental. O documento é em si um objeto manufaturado (quanto ao registro em um suporte) e ‘mente-faturado’ (quanto ao conteúdo significativo gerado pela mente) que pode funcionar como documento propriamente ou como um objeto qualquer: um cartão postal não é em si um documento na mente e/ou intenção do autor, mas poderá passar a sê-lo se for utilizado como tal.

López Yepes e Sagredo Fernández (1981, p. 116, citados por Garrido Arilla, 1996, p. 22) tratam da ação profissional ao afirmar que o resultado da metamorfose que o documento sofre nas mãos do documentalista culmina quando a informação liberada é difundida e transformada em fonte seletiva de informação. Então a mensagem documentada se faz mensagem documentária, informação atualizada.

Deste modo, para López Yepes (1997, p. 15), documento seria o instrumento inventado pelo homem para tornar possível seu desejo de conservar e descrever a realidade pensada, vivida ou imaginada em todas as formas. Para o autor, o documento é fonte de informação para novo conhecimento ou para tomada de decisão, objeto de deleite estético, ou ainda, mensagem no processo da informação documentária.

#### **2.4 A noção de documento em versões anglo-saxãs**

Buckland (1991, p. 43, 44, 46 e 47) trata da ‘informação como coisa’, ‘informação como conhecimento’ e ‘informação como processo’, propondo a primeira como noção de informação pertinente à Ciência da Informação. Frente à pergunta ‘o que é informativo?’, o autor sugere abandonar a busca por objetos candidatos a serem considerados ‘informação como coisa’ e inverter a abordagem perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas.

Buckland afirma que o significado de documento foi tratado por bibliógrafos e documentalistas no movimento da Documentação preocupados com os problemas recentes de armazenamento e recuperação da informação no século XX. Com base nesse movimento, apresenta como possibilidade dividir objetos em:

- artefatos com intenção de constituir discurso (como livros);
- artefatos que não tinham esta intenção (como barcos); e
- objetos que não são artefatos (como os antílopes).

Buckland cita também eventos como objetos informativos, mas se refere a registros destes eventos, e não aos próprios.

Também Frohmann (2004, p. 405-406) ressalta que os estudos contemporâneos devem muito ao movimento documentalista do final do século XIX e início do século XX,

salientando a importância de recuperar e repensar as profícuas práticas documentárias dos primeiros documentalistas. Este autor (2004, p. 387) trata do documento enquanto objeto que apresenta informatividade, a qual se dá segundo sua materialidade, seus lugares institucionais, os modos pelos quais é socialmente disciplinado e sua contingência histórica. Para ele, informatividade refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos. Considerando que documentos só o são de fato se forem informativos, diríamos que informatividade refere-se a como objetos tornam-se informativos, constituindo-se como documentos.

A noção de informatividade remete àquelas apresentadas pelos autores discípulos da versão clássica de documento, citadas anteriormente, cuja ênfase está no uso. Traços que se distinguem, no entanto, referem-se à noção de documentação enquanto conjunto de procedimentos institucionais sobre documentos, e não como o campo que estuda esses procedimentos teórica e metodologicamente segundo sua realização no âmbito de sistemas documentários (ou seja, a Documentação).

## **2.5 Implicações das diversas noções de documento**

Os termos documento e Documentação, como tratados por Otlet e Briet na primeira metade do século XX, apresentam em germe a noção de informação, assim como a de produção de documentos a partir dos documentos originais, relativamente como são compreendidas contemporaneamente.

Constatamos que a noção de documento proposta pelos primeiros documentalistas foi aprofundada e atualizada pelos pesquisadores franceses e espanhóis nas décadas seguintes, em especial no que tange aos aspectos comunicacionais em geral e às ações profissionais documentárias especificamente.

Os traços iniciais foram mantidos mas são ressaltados elementos que se relacionam ao signo e à comunicação da informação, e a própria palavra informação e derivadas são introduzidas.

De produção mais recente, os dois autores da versão anglo-saxã analisados (Buckland e Frohmann) referem-se aos primeiros documentalistas, em especial a Otlet e a Briet, já que os franceses e espanhóis que citamos posteriormente são significativamente desconhecidos em língua inglesa. Divulgam as ideias destes dois documentalistas em idioma inglês, considerando-as fundamentais para a área, assim como atuais em suas bases. Deste modo, também para estes autores do mundo anglo-saxão constatamos a continuidade e atualização da versão clássica da noção de documento.

A partir deste panorama histórico, identificamos construção conceitual sobre documento, influenciada pelo pensamento teórico e empírico que se efetivou no século XX, e que deflagra significativo desenvolvimento científico do campo. Pontos recorrentes identificados são:

- documento é definido como objeto físico (concreto, duradouro, estável, manipulável) e como informação (simbólica, conceitual, conteúdo da comunicação, mensagem);
- nas primeiras conceituações, informação tendia a compor elemento intrínseco ao objeto, sendo depois introduzidos os traços de mensagem e de significação que

permitem caracterizar efetivamente informação, ou seja, como algo atribuído (Otlet, de fato, oscila entre a primeira e a segunda abordagem);

- documento constitui-se enquanto tal a partir do uso informacional que se faz dele; é o objeto a partir do qual pode-se obter informação, não por ele mesmo, mas por ações interpretativas sobre o mesmo; e
- trata-se de ações profissionais documentárias sobre objetos visando sua transformação em documentos (secundários); as especificidades destas ações relacionam-se a intervenções no fluxo de produção e uso de documentos.

Quanto à abordagem surgida nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960 relativa ao tratamento automático da informação, Fondin (2005) entende que a mesma baseia-se na ideia de um sistema que funcionaria por si mesmo, dando conta de fornecer a informação de interesse. O autor observa que houve um movimento de abandono da noção de documento como recurso para difusão da informação a públicos específicos que contribuiu para diluir a especificidade desta atividade. Podemos dizer que a ideia mecanicista relatada por Fondin está presente em grande parte da literatura sobre sistemas do tipo biblioteca e sobre os sistemas de recuperação da informação segundo modelos computacionais (aqueles cuja funcionalidade deve ser garantida computacionalmente).

Fondin questiona ainda a validade da convivência de abordagens distintas em um mesmo campo e voltadas ao mesmo objeto de estudo, mas não articuladas entre si. O problema é a impossibilidade de composição conceitual efetiva, como no caso em que o documento em sua materialidade é tomado como elemento comum de estudo e análise, e o fenômeno de produção e uso de conhecimento e o de produção e uso de sistemas documentários são considerados apenas em sua justaposição.

Deste modo, o desenvolvimento da Documentação, proposta no final do século XIX, promoveu, em especial na Europa, o entendimento da informação como o objeto de estudo e de trabalho de documentalistas e bibliotecários, ao refinar as técnicas de representação do conteúdo dos documentos (e de suas partes). A predominância do termo ‘livro’ (na literatura sobre bibliotecas) e do termo ‘informação’ (nas pesquisas em Ciência da Informação) vem sendo recolocada pelo retorno do termo ‘documento’, segundo explorado pelos primeiros documentalistas e seus discípulos. Por representar o registro (instância física) e a informação (instância simbólica), o termo ‘documento’ melhor caracteriza os diversos tipos de informações, registradas em qualquer suporte, e abordadas segundo os mais variados contextos de produção e uso. Apesar de esses pontos já terem sido preconizados pela Documentação, o seu reconhecimento e atualização ainda está em processo (Ortega, 2008).

Constatamos que a construção histórica da noção de documento em Ciência da Informação é anterior ao surgimento desta denominação. Dada a abrangência do termo ‘informação’, a retomada da noção de documento, originada na corrente denominada Documentação, parece promissora para fundamentação do conceito de informação que identifica nossa área de interesse.



### 3. DOCUMENTO COMO CONSTRUÇÃO

A discussão sobre ‘documento’ assume características diferentes na Europa (França e Espanha) quando comparada à realizada por autores de língua inglesa, em especial, dos Estados Unidos. Para franceses e espanhóis, identifica-se certa continuidade em relação ao pensamento de Otlet, exceção feita à inclusão de aspectos comunicacionais, em consonância à prioridade dada a esse tema nos anos 1970 pela semiologia e pela semiótica. Para ficar nas referências já citadas, lembramos a participação de Roland Barthes no Comitê de Ciências da Informação e Comunicação, em 1970, na França. Para os autores em língua inglesa, a recuperação da discussão sobre o documento é tardia. Contrariamente ao que ocorre com os discursos europeus, não há referência direta à comunicação e, se ela fosse feita, provavelmente recuperaria a herança pragmática e funcional, na linha de Laswell, Lazarsfeld, Merton – a *mass media communication*; por outro lado, há que se referir à Teoria Matemática da Informação, de Shannon e Weaver, a partir da qual foram feitas leituras de fluxos informacionais de caráter mais físico do que semântico. De modo mais concreto, os autores de língua inglesa não discutem a noção e também raramente se referem à produção francesa e à Otlet, excetuando-se Lund (2009), em artigo recente. O autor cita a observação de Meyriat quando este se refere ao *Traité de Documentation*, de Otlet, traduzido para o espanhol, mas não para o inglês, bem como ao fato de que a Documentação não foi uma realidade para os países em língua inglesa, mas a *LIS – Library and Information Science*, cujas preocupações se voltaram à obtenção de resultados práticos na recuperação.

Como se pode observar nos textos dos autores franceses citados, o documento não tem existência *a priori*, o que vincula esse objeto à seleção de determinados atributos que, em alguma medida, relacionam-se a interesses e motivações. Por exemplo, embora distinga entre dois tipos de documento – por intenção e por atribuição – é o próprio Meyriat (1981) quem afirma que é o uso que faz de um objeto um documento, ou ainda que não é possível definir documento sem considerar as noções que recobrem os termos derivados: sua natureza material e sua natureza conceitual são inseparáveis. Segundo ele, um documento não se impõe como evidência inicial, uma vez que depende de pontos de vista e métodos da Documentação (e da Documentologia). Entra em cena, assim, o papel da recepção na produção do documento, bem como a relação existente entre informação e significação, que retomaremos mais à frente.

A perspectiva de Meyriat se aproxima da crítica do documento, de Foucault (1987). Para Foucault, os documentos são construídos pelos recortes que operam, pela problematização de sua organização e pela identificação de seus elementos e de suas relações. Na fala de Foucault, passa-se de uma preocupação de “memorizar os monumentos por meio de sua transformação em documentos”, para a “transformação de documentos em monumentos” (Foucault, 1987, p. 6-8). O autor destaca, também, o enunciado em sua materialidade, mais do que para referir-se à ordem física, ao seu caráter institucional. A ótica de Foucault sobre o documento e a materialidade do enunciado é realizada em particular na perspectiva da História, procurando enfatizar as consequências da crítica do documento: a multiplicação de rupturas, a noção de descontinuidade, o abandono da ideia de uma história geral e a necessidade de uma metodologia.

Para a Documentação, a abordagem de Foucault põe em relevo a ideia de que o documento não é matéria inerte por meio da qual tenta-se reconstruir o que foi dito. Ao contrário, o documento é construído, tendo como fundamento as escolhas realizadas em função de seu uso no interior mais amplo das práticas e das relações sociais. A materialidade é relativa ao enunciado e ao documento, e não se restringe à substância ou suporte da articulação, mas do que foi dito, registrado, institucionalizado

Frohmann recupera diretamente o conceito de materialidade de Foucault, mas o faz não no sentido da Documentação como campo de atividade estrito, uma vez que seu objetivo é ressaltar o papel da documentação concreta com a finalidade de estabelecer vínculos entre ela e as práticas sociais e públicas da informação. As práticas documentárias institucionais seriam o meio de dar aos documentos “peso, massa, inércia e estabilidade” (Frohmann, 2008, p. 25), outro modo de afirmar a possibilidade de desenvolver estudos que se direcionam à configuração das características da inserção da documentação (conjunto de documentos) nos contextos sócio-culturais da informação.

Mas essa materialidade também pode ser estudada a partir da atividade nuclear da Documentação – e da Ciência da Informação – à medida em que se observam as consequências das segmentações operadas no universo de objetos que são selecionados como documentos, bem como na organização de conjuntos de documentos. A atividade documentária é primordialmente uma atividade de escolhas, desde a seleção até a representação.

Assim, além da reflexão francesa que salienta a construção do documento pela recepção (que se dá em vários níveis, desde a atividade estrita da Documentação, até sua recepção por quem usa os sistemas documentários), a crítica do documento de Foucault pode ser aplicada à análise da constituição de sistemas documentários em si, ou à sua configuração. Quer no nível dos objetos tomados individualmente com o documentos, quer em relação ao conjunto desses mesmos documentos ocorrem segmentações, recortes no *continuum* da materialidade documental por meio da problematização, da observação de pontos de inflexão ou da ação deliberada de escolhas ideológicas.

Outra perspectiva a recuperar – e que igualmente marca a produção francesa e espanhola em Documentação, ao menos implicitamente – são os estudos semiológicos ou semióticos. Embora o modelo de comunicação baseado na ideia de transmissão de mensagens, tal como proposto por Shannon e Weaver, na Teoria Matemática da Informação, seja referenciado com frequência nos primeiros estudos relacionados à Comunicação, não é a eficiência e a precisão do fluxo informativo que interessam às teorias semióticas. Problemas como estrutura das mensagens, processo de significação, possibilidades de vínculo com os públicos não fazem parte das preocupações dessa teoria, já que se supõe que as mensagens são livres de conotação entre a emissão e recepção.

O modelo semiótico de comunicação, além de não se basear num esquema linear entre a emissão e a recepção, pois supõe o jogo interpretativo que caracteriza o processo de comunicação, enfatiza a complexidade decorrente do trânsito de informações de natureza semântica e pragmática. Entram em cena os sistemas de signos, os códigos culturais, o processo de semiose, a experiência colateral dos sujeitos individuais e sociais.

Ao considerar a natureza semiótica do processo de comunicação, o documento – e para a Documentação, em especial, o documento secundário – é também um produto de

uma relação que envolve emissor, interlocutor e contexto. A atividade de representação dos documentos em sistemas documentários, além de ser resultado de uma série de escolhas, é uma construção permeada de elementos ideológicos. No intuito de diminuir a dispersão, os documentos organizados em categorias, têm sua representação definida por aspectos priorizados.

#### 4. DOCUMENTO E SIGNIFICAÇÃO

A semiótica exerceu grande influência nos estudos linguístico-comunicacionais, uma vez que colocou em pauta a semiose, processo pelo qual se desenvolve a significação e, conseqüentemente, a interpretação.

Segundo Dascal (1978), a semiologia (Saussure) e a semiótica (Peirce), embora compartilhem a discussão sobre fenômenos ou objetos que funcionam como signo, realizam a análise a partir de perspectivas diferentes. Para Saussure, o ponto de partida é o fato social subjacente a todo ato de fala, que é a língua; para Peirce, é a semiose, ou o processo por meio do qual algo funciona como signo, ou seja, significa, para cuja realização concorrem o objeto, o interpretante, o contexto e a experiência colateral do intérprete. As articulações entre as duas visões, embora se apresentam com muita variação, têm o mérito de ressaltar o jogo existente entre a produção do signo, sua comunicação e interpretação.

A abordagem linguístico-semiótica permite propor o documento como signo, um objeto que tem forma e conteúdo (Hjelmslev, 1975), que representa algo para alguém, sob algum aspecto ou capacidade (Peirce, 1977). Diferentemente de um sinal, o signo é sempre institucional, porque depende de convenção.

O signo correlaciona uma forma significante e um significado, sendo autônomo em relação aos objetos a que pode ser referido. Esse caráter relacional e autônomo do signo mostra que ele sempre é uma representação deficiente e parcial do objeto. As relações entre o signo e o objeto se dão através do interpretante, um mecanismo semiótico que produz um novo signo ou um complexo de signos, num processo de ‘tradução’ ou desenvolvimento do signo, ao qual também concorrem o contexto e o conhecimento colateral do intérprete.

Segundo Eco (1984), o signo pode ser visto simultaneamente como elemento do processo de comunicação e como elemento do processo de significação. Como elemento do processo de comunicação, o signo se relaciona à transmissão da informação correspondendo à mensagem, requerendo no mínimo um código comum entre emissor e receptor; como elemento do processo de significação, o signo desencadeia necessariamente um processo de interpretação. A segunda perspectiva condiciona necessariamente a primeira, de forma que a mensagem relaciona informação à interpretação. Embora não se negue a existência do objeto, a semiótica contemporânea rejeita o entendimento de uma correspondência signo/objeto físico, como também a correspondência signo/ideia ou estado de consciência (Eco, 1990). Para Peirce (1977, p. 46), a palavra signo é usada para “denotar um objeto perceptível, ou apenas imaginável, ou mesmo inimaginável num certo sentido...” Ou seja, “Um signo não representa nunca um objeto ou referente (Eco, 1990, p.155), ou nunca o representa completamente (Lara, 2006).

Na perspectiva de Eco (1990), o interpretante de um signo é uma unidade cultural, o que quer dizer que seu significado se relaciona não só a outras unidades do mesmo sistema, por meio de oposições, como em função do contexto a partir do qual é observado e ao modo como uma determinada cultura segmenta o universo dado.

As características do signo permitem confirmar que o documento é uma construção, uma leitura do ‘real’ sob determinada perspectiva. Por meio da atividade nuclear da Ciência da Informação, o documento é tornado pertinente a partir da seleção, da descrição formal e da atribuição de descritores ou outras unidades de classificação e indexação. A ‘leitura’ do objeto que o transforma em documento para o sistema documentário segue uma política de informação que privilegia perspectivas institucionais e comunidades discursivas potenciais: o objeto é, assim, transformado em documento cuja ‘representação’ caracteriza uma abordagem que é integrada ao sistema ao lado de outras representações igualmente perspectivadas pela política institucional.

Todas as descrições desse documento –signo– compõem o que podemos denominar signo documentário (Lara, 2006), que corresponde, entre outros, ao documento secundário. Esse signo documentário, todavia, não apresenta todas as possibilidades de desenvolvimento semiótico do signo de um modo geral, o que decorre não só do caráter construído da linguagem documentária usada para representá-lo (um outro signo), como também das regras para sua descrição formal. Dito de outro modo, o signo documentário é construído sob pressão, seguindo regras que buscam reduzir a dispersão documental. A referência de construção desse signo corresponde àquilo que se deseja configurar como sistema documentário. Isso explica que um mesmo acervo possa ser representado de diferentes maneiras. Por exemplo, se a metodologia utilizada no texto é considerada importante para o sistema ela é representada; se o que é importante é o aspecto temporal, a data relativa ao conteúdo é considerada significativa para o sistema, etc.

De qualquer modo, o signo documentário é um produto que corresponde a variações de atribuição de sentido no processo de indexação para que seja integrado ao sistema documentário conforme os objetivos desse mesmo sistema. Enquanto unidade construída, é produto de um sistema estruturado – a linguagem documentária – quando se reporta ao ‘conteúdo’, embora tal noção seja bastante imprecisa – e às regras de descrição formal quando diz respeito aos dados que caracterizam o documento. Do ponto de vista do ‘conteúdo’, o documento é traduzido em índice cujo significado é produto das relações lógico-semânticas que compõem a linguagem documentária, sua fonte de referência, mais a aplicação de uma sintaxe novamente estruturante que corresponde à disposição dos vários aspectos de leitura que possibilitam, posteriormente, que o documento seja representado por uma equação de busca. É também produto das referências que caracterizam, em grande medida, suas condições de produção: autor, título, editor, ilustrações, paginação etc., conforme o caso, que também compõem índices e são usados nas equações de busca.

Em função dos objetivos pragmáticos dos sistemas documentários – organizar reduzindo a dispersão informativa para facilitar a busca – não se deseja que a semiose se desenvolva aleatoriamente a partir das referências individuais da recepção. Embora não se possa garantir seu funcionamento segundo as perspectivas da emissão (do sistema documentário em si), a Ciência da Informação trabalha a partir de parâmetros que se traduzem

em um conjunto de condições a serem observadas na representação dos documentos. Em termos de conceitos e seus significados, as referências são buscadas na terminologia das áreas a partir das manifestações observadas nos discursos e comunidades discursivas. Essas referências buscam garantir o funcionamento da comunicação documentária, criando condições para que os signos intencionalmente construídos orientem a negociação de sentido segundo objetivos institucionais que incluem as referências dos usuários potenciais. De outro modo, a interpretação ficaria extremamente aberta, funcionando apenas a partir das referências individuais de cada um deles. Procura-se, ao contrário, fundar as linguagens documentárias na observação dos sistemas de conceitos que, através de definições e redes de relacionamento, garantem a explicitação de uma hipótese de organização, uma espécie de interpretante. Do ponto de vista da descrição formal, assegura-se que se esgotem os aspectos que permitem uma representação consensual do documento (por exemplo, no caso de mapas, a escala; no caso de esculturas, seu material, etc.).

## 5. A RECEPÇÃO DO DOCUMENTO

Se a linguística, as teorias da linguagem e a semiótica permitem mostrar como o documento pode ser visto quanto à significação, são as teorias comunicacionais contemporâneas que melhor trabalham a recepção.

Para Martín-Barbero (1995, p. 40), a recepção não se resume numa etapa do processo de comunicação tal como concebia o modelo que ele qualifica como ‘mecânico’, no qual

não há nem verdadeiros atores nem verdadeiros intercâmbios. É um modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um pólo a outro. Nele, a recepção é um ponto de chegada daquilo que já está concluído.

Para o pesquisador, o modelo norte-americano ocultou “não só uma face da recepção, que é o sujeito, como também outras dimensões fundamentais do processo”. Esse modelo confunde “a significação da mensagem com o sentido do processo e o das práticas de comunicação”, reduz “o sentido dessas práticas na vida das pessoas ao significado que veicula a mensagem”, ou ainda, “confunde o sentido dos processos de comunicação na vida das pessoas com o significado dos textos, das mensagens, ou mesmo da linguagem dos meios” (Martín-Barbero, 1995, p. 40-41). Dito de outra maneira, provoca uma “profunda redução do sentido ao significado” (p. 42).

Para Martín-Barbero, a epistemologia que sustenta essa hipótese é simultaneamente condutista (reação a estímulos) e iluminista (processo de educação como um processo de transmissão do conhecimento, com um receptor que é tábua rasa). O receptor é dessocializado, concebido apenas como um indivíduo isolado. O autor considera que a recepção não é um objeto, mas um lugar novo, um lugar que deve, a partir da pós-modernidade, ser observado considerando as várias temporalidades, bem como as novas fragmentações sociais e culturais, entre outras mediações. O tempo não é algo homogeneamente interpretado, não

há só uma história, mas uma multiplicidade delas. Simultaneamente, existem vários modos de juntar-se das pessoas, sendo importante perguntar o que faz com que elas se reconheçam e se juntem ou, ao contrário, não se reconhecem e não se juntem.

Ao falar das características da pós-modernidade, Harvey pondera a falência das meta-narrativas: não há esquemas interpretativos totalizantes e existe um ‘número indeterminado de jogos de linguagem’ (Lyotard, citado por Harvey, 2002, p. 51). Consequentemente,

Se ‘há muitos diferentes jogos de linguagem – uma heterogeneidade de elementos’, também temos de reconhecer que eles só podem ‘dar origem a instituições em pedaços – determinismos locais’. Esses ‘determinismos locais’ têm sido compreendidos ... como ‘comunidades interpretativas’, formadas por produtores e consumidores de tipos particulares de conhecimento, de textos, com frequência operando num contexto institucional particular (como a universidade, o sistema legal, agrupamentos religiosos), em divisões particulares do trabalho cultural (vizinhanças, nações etc.). Indivíduos e grupos são levados a controlar mutuamente no âmbito desses domínios o que consideram conhecimento válido (Harvey, 2002, p. 51-52).

A recepção, por consequência, tem de ser pensada incluindo os sujeitos e os distintos lugares onde eles se situam, os contextos de enunciação e as condições de recepção ou, dito de outro modo, tendo como referência as comunidades interpretativas.

A partir dessa perspectiva é possível reafirmar que a recepção do documento mobiliza uma negociação de sentido, não sendo pertinente supor a existência de uma relação de correspondência biunívoca entre o que é dito e sua interpretação. Essa constatação já havia sido feita pela semiótica que, a seu modo, e sem incluir necessariamente outros aspectos contemporaneamente ressaltados, afirmou a importância da experiência colateral de quem lê, recebe, ouve, ou enfim, poderíamos dizer, participa do processo de significação. Ressalte-se no entanto que Granger, ao discutir o processo semiótico, fala das diferenças entre a significação na linguagem natural e na linguagem formalizada. Contrariamente à primeira, a segunda “não é mais exata ou exclusivamente uma linguagem, sobretudo se dela for retida sua função de comunicação” (Granger, 1974, p.139). Embora sejam precisas e rigorosas – como a linguagem da lógica, da computação – as linguagens formalizadas perdem em eficácia, já que sua função comunicativa é apenas virtual: as línguas naturais têm sua embreagem na experiência vivida; as línguas formais remetem apenas à sua própria simbologia (Lara, 1999), razão pela qual é na primeira que a experiência colateral ocorre mais apropriadamente. Frente à linguagem natural e a linguagem formalizada, a linguagem documentária é intermediária, uma vez que se utiliza simultaneamente de elementos de uma e de outra, com consequências para sua interpretação.

Assim, podemos dizer que a recepção do documento é uma operação de construção ou reconstrução que mobiliza um conjunto de referências simbólicas, mas também circunstanciais e situacionais. Documentos de áreas duras têm sua interpretação mais fortemente baseada na simbologia das áreas a que se referem. Fora desse universo, a recepção de documentos inclui necessariamente referências da inserção dos sujeitos nos diferentes contextos sócio-culturais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre documento aqui apresentada separou aspectos que, em realidade, são intimamente relacionados. Construção do documento, significação, recepção são facetas de um mesmo processo simbólico que correlaciona sistemas documentários e seus públicos. Não é possível afirmar de antemão que um objeto é um documento sem considerar o enorme mapa de configurações a partir dos quais ele pode tomar forma fazendo sentido para alguém. O documento se faz num intrincado jogo de leituras que não ocorre fora de contextos específicos.

Embora não se refira explicitamente ao documento, na Ciência da Informação, Capurro (1999), reportando-se a Luhmann, fala em oferta de sentido (mensagem), seleção de sentido (informação) e compreensão considerando um observador no interior de comunidades discursivas relacionadas a domínios de conhecimento, ou universos de pré-compreensão.

De modo análogo à perspectiva do autor, poderíamos propor que um objeto torna-se documento ao mesmo tempo que se organiza como uma proposta de sentido. Esse documento pode ser: a) integrado a um sistema documentário sob a forma de representação – um documento secundário. Ex.: uma referência a um artigo, livro ou outro material na forma impressa ou eletrônica, a um registro audiovisual ou outro, em sistemas documentários (de uma biblioteca, de um museu etc); b) exposto diretamente, porém categorizado (produto de seleção e organização). Ex.: um colar, uma pedra ou outro objeto ou artefato em um museu, entre outros, ou livros literários em uma biblioteca escolar ordenados segundo uma determinada proposta de leitura. Nos dois casos, o objeto, tornado pertinente, é uma oferta de sentido ou mensagem institucional, resultado de uma seleção e de uma leitura entre outras possíveis.

O usuário – observador – (a) seleciona a referência ao documento no sistema documentário, ou (b) tem acesso visual (tátil, sonoro) ao documento original categorizado pelo museu ou outro equipamento cultural. No primeiro caso, é mais fácil identificar a mensagem porque ela tem uma forma explicitada como representação (dados da referência e índice); no segundo, a mensagem é a própria proposta de leitura (a inserção da peça num conjunto de outras peças). Em ambos os casos, o que varia é a forma como o sujeito se apropria da mensagem transformando-a em informação na dependência de referências anteriores que ele possui ou adquire a partir de informações complementares veiculadas junto à mensagem, por exemplo, uma definição, uma explicação, uma legenda, a explicitação de um contexto. Ocorre aí uma negociação de sentido que recorre a universos de pré-compreensão.

Cabe ressaltar, no entanto, que frente a uma obra de arte, que pode ser o caso em (b), a informação não é necessariamente o principal objetivo. Este, por sua vez, está fora do âmbito da Documentação e da Ciência da Informação. A ideia de interpretação pode ser recusada na Arte em função da “capacidade significativa aparente de uma obra ou fato de cultura” (o que aparece é essencial, conforme Platão, citado por Teixeira Coelho, 1997, p. 224). Trata-se da capacidade de inquietação possível de acontecer a partir de uma obra de arte, considerando mais a dimensão da forma e da experiência sensorial do que a ‘explicação’ ou interpretação. Neste caso, não se trata propriamente de comunicação, ou melhor, a Arte é mais do que comunicação e informação. A principal função da arte não

é a informativa, razão pela qual apenas uma de suas leituras integra o escopo de preocupação sobre documentos e Documentação. Nos dois casos, no entanto, trata-se de aguçar nas pessoas uma percepção sobre os objetos do mundo.

## 7. REFERÊNCIAS

- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48 p. Dirección URL: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf> Consultado en: 21 maio 2011
- BUCKLAND, M. *Information and information systems*. New York: Praeger, 1991.
- CAPURRO, Rafael. *Epistemology and information science*. 1999. Dirección URL: <http://www.capurro.de/trita.htm>. Consultado en: 21 maio 2011.
- COUZINET, V. "Olhar crítico sobre as Ciências da Informação na França". En: WORKSHOP EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11 e 12 nov. 2004, Niterói. *Anais...* Niterói: ANCIB; UFF, 2004.
- DASCAL, M. "Las sémiologies contemporaines". En: Dascal, M. *La sémiologie de Leibniz*. Paris, Aubier Montaine, 1978, cap. 2.
- DESANTES GUANTER, J. M. "Prólogo". En: López Yepes, J. *Teoría de la Documentación*. Pamplona: Ed. Universidad de Navarra (EUNSA), 1978, p. XVII-XXV.
- ECO, U. *Conceito de texto*. Trad. de Carla de Queiroz. São Paulo: T.A. Queiroz; Ed. Universidade de São Paulo, 1984.
- ECO, U. *O signo*. Trad. de Maria de Fátima Marinho. 4. ed. Lisboa: Presença, 1990.
- ESCARPIT, R. *L'information et la communication: théorie générale*. Paris: Hachette Supérieur, 1991. (Hachette Université Communication). Publicado originalmente em 1976 pela mesma editora.
- FAYET-SCRIBE, S. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937*. Paris: CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire).
- FONDIN, H. "La science de l'information ou le poids de l'histoire". *Les enjeux de l'information et de la communication*, Grenoble, 2005. Dirección URL: [http://w3.u-grenoble3.fr/les\\_enjeux/2005/Fondin/home.html](http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/home.html). Consultado en: 12 mar 2011.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FROHMANN, B. "Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information". *Library Trends*, 2004, v. 52, n. 3.
- FROHMANN, B. "O caráter social, material e público da informação". En: Fujita, M. S. L.; Marteleto, R. M.; Lara, M. L. G. de (orgs.). *Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Editora, 2008, pp.13-36.
- GARRIDO ARILLA, M. R. *Teoría e historia de la catalogación de documentos*. Madrid: Síntesis, 1996.
- GRANGER, G. G. *Filosofia do estilo*. Trad. de Scarlett Zebetto Marton. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1974. (Estudos, 29).
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.



- LARA, M. L. G. de. *Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas*. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes/USP, São Paulo, 1999.
- LARA, M. L. G. de. “É possível falar em signo e semiose documentária?” *Encontros Bibli*, 2006, 2o. sem., número especial. Dirección URL: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/18516>. Consultado en: 3 dez. 2010.
- LÓPEZ YEPES, J. “Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la infgormación: ¿un nuevo profesional del documento?”. *Scire*, 1997, ene./jun., v. 3, n. 1, pp. 11-29.
- LUND, N. W. “Document theory”. *Annual Review of Information Science and Technology*, Medford, 2009, v. 43, pp. 399-432.
- MARTÍN-BARBERO, J. “América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”. En: Souza, M. W. (org.). *Sujeito: o lado oculto do receptor*: São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 39-68.
- MEYRIAT, J. “Document, documentation, documentologie”. *Schéma et Schématisation*, 1981, 2º trim., n. 14, pp. 51-63,
- ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. de. “A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje”. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 2010, abr., v. 11, n. 2. Dirección URL: [http://www.dgz.org.br/abr10/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/abr10/F_I_aut.htm). Consultado en: 12 mar. 2011.
- ORTEGA, C. D. “Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos”. *Transinformação*, Campinas, 2008, v. 20, n. 1, p. 7-15. Dirección URL: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=18>. Consultado en: 21 maio 2011.
- OTLET, P. *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Dirección URL de la versión original: [http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite\\_de\\_documentation\\_ocr.pdf](http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf). Consultado en: 21 maio 2011.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto; rev. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1977. (Estudos, n.46).
- SAGREDO FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. *Concepción lógico-lingüística de la Documentación*. Madrid: IBERCOM, 1983.
- SALVADOR BRUNA, J. “Recepción de la obra otletiana en España a través del análisis cualitativo de citas”. *Documentación de las Ciencias de la Información*, 2006, v. 29, p. 25-69. Dirección URL: <http://revistas.ucm.es/inf/02104210/articulos/DCIN0606110025A.PDF> Consultado en: 21 maio 2011.
- TEIXEIRA COELHO, J. “Interpretação”. En: Teixeira Coelho, J. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 1997, pp. 223-226.